

Lei do ensino

Ha agora uma nova Lei do Ensino. Ha e não ha.

Em verdade é uma quasi lei que se cumpre cá fóra a titulo precario até que o Congresso se pronuncie definitivamente.

É uma lei *ad referendum*.

Estamos assim nesta matheia sob um regimen vibratil e ondante que é um dos caracteristicos do governo de hoje. Creio que é a sua unica philosophia das responsabilidades.

O governo agita-se, mas não anda. Assoberbado de problemas e questões gravissimas que lhe põem em nevoeiro impenetravel á sua frente, elle sente-se bolhido, não dá senão o primeiro passo, não enxerga nem vê além daquelle palmo que lhe garante pelo menos a solidiez do nariz.

É certo que bole como coisa viva.

Excellent e bravo soldado, porém mão general, combate valentemente, mas sem planos, sem estrategia.

Não é a inação que o prende, é a consciencia do perigo, é o receio de romper o equilibrio de tantas coisas accumuladas e mal postas, umas sobre outras, e que ao menor sopro ameaçam ruir numa eversão insondavel.

Essa consciencia do perigo tornou-o ao mesmo tempo tímido e violento, cauteloso e autoritario, cobrindo de astucia algumas tyrannias que lhe parecem necessarias e fazendo de tudo uma razão de Estado ou um caso de salvação publica.

Sob esse pretexto e com tão muitas traças têm-se consummado verdadeiras iniquidades.

Mas o governo declara-se medico abeirado do enfermo grave que já não supporta remedios largos e faz o sacrificio ingrato de renunciar a todos os diagnosticos e põe-se caridosamente a praticar, a seguro de riscos maiores, uma medicina de symptomas e de expedientes ephemeros.

Para cada pequenino caso, uma violenta e pequenina solução, e ainda assim imperfeita, incompleta, *ad referendum* da instancia e da junta definitiva.

Estamos, pois, sob um regimen de politica experimental. O caso do Ensino pertence á instauração magna dos novos methodos.

Vejamos.

Quando começou este quadriennio, ao que se dizia, o ensino estava inteiramente desorganizado. Era a consummação da anarchia, segundo os commentadores de maior autoridade.

Fazendo um pouco parte do ensino, confesso que não percebi muito a desordem. Cá fóra donde se tem com mais segurança a perspectiva dos systemas, tudo parecia chaotico e absurdo. As Faculdades (cujo pessoal é ainda hoje o mesmo!) não sabiam oppôr-se á inundação dos intrusos; a imprensa achincalhava os doutores de 60%, que os havia e, afinal, não passavam de uma guarda nacional da cultura, barata e inepta. As humanidades perfaziam-se secretamente não já nos laboratorios dos equiparados, mas em pequeninos cursos, sob a protecção universitaria.

Todos queriam aprender, ainda que mal.

Era, talvez, um fermento de vida que convinha alimentar, e era uma agitação de liberdade que não precisava senão de um freio de disciplina. Era um estímulo e o tempo avoluma, embelleza todos os estímulos.

Vem, porém, o novo governo.

E adoptou o seu expediente miudo de reacções, *contrariis contraria*. Acabou com tudo; onde encontrou um symptoma, ahí viu doença principal e atacou-a. Esvaziou as faculdades, aniquilou os collegios malsinados de indignas industrias (como se o governo sob o seu triplice e harmonioso poder não fosse a mais protegida de todas ellas), desterrou os doutores ficticios e diminuiu a possibilidade dos doutores novos e authenticos. Fez da instrução quasi um privilegio de Estado. É bem esse o espirito de um regimen que se vangloria de nos educar no *self-government*.

Qual era o mal da Lei organica? Era demasiado livre, respondeu-nos, e ainda não somos dignos de tamanha liberdade.

Mas neste caso, não somos dignos da Republica. O ensino livre é tão possivel ou é tão impossivel como as instituições livres. Ha um perfeito paraffetismo em ambos os casos.

No Brasil, por exemplo, não ha liberdade eleitoral, todos o sabem e todos o confessam. Logo o remedio desta (medicina dos symptomas) seria depôr qualquer presidente da Republica ou fechar o Congresso, á primeira eventualidade. Não tendo solidiez de origens não tem direito algum á conservação.

Tudo ia mal, é bem certo, como tudo vai mal, ou menos mal se o quizerem.

A verdade, porém, é que esses expedientes de occasião, essas terremotos inuteis cada vez mais demoronom, adiam e difficultam a reconstrução social da nossa pobre terra.

A politica não é a arte de reformar, salvo se estamos em revolução permanente.

O que cumpria era fiscalizar a Lei Organica, inspirada nos mais bellos moldes, era defendel-a, e era aparar as suas demasias, onde as houvesse, concertal-a com os nossos interesses praticos e legitimos sem os comprometter e não reduzil-a a escombros no proprio terreno em que com algum cuidado podia fructificar.

Assim, a reacção foi excessiva, malefica e extemporanea. Sem embargo da honestidade de propositos que inspira a lei nova, os resultados são contraproducentes e desproporcionados.

Aqui, no Rio de Janeiro, as faculdades superiores estão agora reduzidas a um minimo de candidatos. Só um ou outro *fort en thème* (especie quasi sempre insignificante) conseguiu penetrar-lhes os umbraes.

Não é a instrucción primaria e popular (e ella é certamente de grande peso) que faz, nem perfaz a civilização.

É, sim, o humanismo e a instrucción superior. Como quer que seja, são, afinal, doutores os que dão o tom e a cultura da sociedade em que vivem; são os que pensam, agem e governam, ensinam, esclarecem e dirigem.

Não ha sociedade que pretinda hoje desse elemento essencial, apesar, das perfidias e das calumnias semi-letradas.

E, depois, é questão de facto. São doutores os que julgam, os que fazem a lei e ordenam a sua execução. E, certamente, não será fechando o ensino universitario e reduzindo-o a essa anemia desproporcionada ás necessidades de nossa cultura que havemos de preparar o improvisado de uma sociedade de leguleios.

Seria curioso verificar a excelencia desse nihilismo ao cabo de alguns annos.

Gloriar-se de que só houve dois candidatos ao estudo da medicina, meia duzia ao de direito, é confessar a fallencia e a bancarrota da mocidade e consequentemente o descredito dos nossos destinos.

Não póde ser. Não convém que seja. Deve ser falso. Tudo isto não passa de uma pyroteclínia de estréa governamental. Estou que faz parte do programma de regeneração que de um só golpe assombroso poz termo á chamada crise de character de dois annos atraz. É uma das curas milagrosas e rapidas que lembram as dos doutores de 60%000.

Não valia a pean, extirpal-os, pois que renasceram das proprias cinzas.

A lei do ensino que pende do Congresso foi inspirada por uma philosophia barbara, hoje banida de todos os codigos, a philosophia de talião. Havia muita gente nas escolas? agora haverá quasi nada. Os doutores eram demasiados? é o momento de serem raros ou nenhuns.

Ahi está regenerado o ensino agora, po uma iniciação hieratica, difficil e só para poucos.

O professor Ostwald (hoje aqui famoso nas chronicas da grande guerra) disse e escreveu que "a mediocridade inevitavel do estudante optimo é uma das misérias da instrucción".

Não posso nem devo dizer tanto, mas sou infenso por temperamento a essas derrocadas.

É aquella uma verdade de todos os climas e, a todos os momentos, verificavel, e que nos devia aconselhar uma attitude prudencial e discreta.

E nem é assim que se faz guerra á ignorancia pela degola em massa ou pelo exterminio.

Eu acredito que os nossos legisladores voltarão um pouco aos bons principios mais livres e mais co-

medidos das leis antigas. Reacções tumultuarias e violentas nada aproveitam, como systema de aperfeiçoamento.

Paiz novo, e infantil ainda no seu crescimento, não devemos applicar-lhe essa doutrina de Penelope, de fazer de dia e desfazer de noite, desacreditar o passado e agitar-se para dar a illusão de um rythmo que não é movimento nem progresso, mas é um cansaço eterno de eternas e inuteis convulsões.

João Ribeiro.